

NOTÍCIAS CNTV



Boletim Eletrônico

Confederação Nacional dos Vigilantes - Brasília - DF 30/05/2014 - Edição 1050

Piso Nacional dos Vigilantes será debatido em comissão da Câmara dos Deputados



Vigilantes aprovaram piso nacional de R\$ 3.000,00 no segundo Congresso Extraordinário da CNTV

O Piso Nacional dos Vigilantes, bandeira de luta da Confederação Nacional dos Vigilantes (CNTV) e de suas entidades filiadas, será debatido na Câmara dos Deputados, em Brasília. A Comissão Especial para tratar sobre o tema foi instalada nesta quarta-feira (28), com presidência do deputado Laércio Oliveira (Solidariedade/SE), relatoria do deputado Nelson Pellegrino (PT/BA) e vice-presidência da deputada Rose de Freitas (PMDB/ES). A diretora da Confederação Nacional dos Vigilantes (CNTV), Sebastiana de Oliveira Santana, e o diretor do Sindicato dos Vigilantes do DF, Moisés Alves da Consolação, participaram da reunião de instalação da Comissão e eleição da Mesa.

A Comissão está destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 4.238/2012, do Senado Federal, e dispõe sobre o piso da categoria, que

pode variar entre R\$800, R\$ 900 e R\$1100, conforme o grau de risco (mínimo médio ou máximo). Os valores e o conceito são contestados pela CNTV. Segundo o presidente da CNTV, José Boaventura, o valor mínimo deveria ser de R\$ 3 mil e igual para todos os vigilantes, “por considerar que todos estão expostos a riscos, sem distinção ou graduação”, conforme aprovado no 2º Congresso Extraordinário da CNTV, realizado em outubro de 2013, em Recife (PE).

O presidente da mesa, Laércio Oliveira, é também patrão da área de vigilância e limpeza e por isso, certamente defenderá o interesse patronal. Ele já trabalhou contra e tentou, por diversas vezes, durante a tramitação do PL de Periculosidade, impedir a aprovação desta lei. “Portanto, é um inimigo da nossa categoria”, afirmou Boaventura.

Por outro lado, o relator é o

principal condutor do processo. Nelson Pellegrino já tem história de militância como advogado e parlamentar vinculado ao Sindicato dos Vigilantes da Bahia. É uma pessoa de confiança dos trabalhadores, comemorou José Boaventura, presidente da Confederação Nacional dos Vigilantes (CNTV).

Com esta composição de mesa fica claro que a tramitação não será tranquila, pois os interesses são conflituosos. Apesar disso, a mobilização de uma categoria forte como a dos vigilantes, pode ser o fator determinante para apontar como devemos caminhar, avalia Boaventura.

Segundo ele, o projeto é muito importante, mesmo sendo consciente de que há equívocos em seu conteúdo. Não concordamos com os valores e defendemos substitutivos com o valor proposto pela CNTV, que é de R\$ 3 mil, esclareceu Boaventura. Além disso, o projeto tem mais de 50 outros PLSs apensados e que tratam de diversos temas relacionados à segurança privada.

O Piso Nacional passa a ser, sem sombra de dúvidas, a principal bandeira de luta dos trabalhadores vigilantes do Brasil. Devemos nos organizar da mesma forma como foi feito na campanha pelos 30%, em que saímos vitoriosos, para ganharmos mais uma vez, afirmou Boaventura.

Fonte: CNTV

Vigilantes da Secretaria de Educação de Sergipe entram greve por tempo indeterminado



Vigilantes anunciaram a greve na manhã desta quinta-feira, 29. (Foto: Portal Infonet)

Vigilantes que atuam na rede estadual de ensino e em departamentos da Secretaria de Educação do Estado (Seed) entram em greve a partir desta sexta-feira, 30. A categoria reivindica reajuste salarial, adicional de periculosidade e melhorias nas condições de trabalho. A categoria está mobilizada neste momento em frente ao Palácio dos Despachos.

O presidente do Sindicato dos Vigilantes do Estado de Sergipe (SINDVIP), Ferreira Junior, a categoria decidiu pela greve por

tempo indeterminado, devido à falta de negociação com o Governo. Cerca de 1700 vigilantes atuam na rede estadual de ensino.

Segundo o sindicalista, a luta pelo adicional de periculosidade de 30%, reajuste salarial, dentre outros itens continua sendo a mesma porque não houve avanços nas negociações.

“Até o momento o Governo do Estado não nos atendeu. Nós queremos a implementação da carreira, reajuste de 30% de periculosidade, e os demais itens da pauta”, diz Ferreira Junior.

Seplag

A assessoria de comunicação da Seplag encaminhou nota ao Portal Infonet. “As reivindicações apresentadas pelos vigilantes à Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão (Seplag) tratam da elaboração do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos (PCCV) e da implementação do adicional de periculosidade. Ambos foram atendidos, sendo que o PCCV foi aprovado e é regido pela lei 7.820/2014 e aguarda, como foi bem esclarecido e acordado com a categoria durante a elaboração do documento, a saída das finanças do Estado do chamado limite prudencial da Lei de Responsabilidade Fiscal. Neste plano, ficou assegurado através de seu artigo 10 que os ocupantes do cargo de vigilante, que esteja em seu efetivo exercício, o pagamento da gratificação de 30% do adicional de periculosidade”.

Fonte: Infonet

Prefeitura de Araraquara (SP) dispensa 60 vigilantes terceirizados

Seguranças armados, lotados em prédios públicos, serão substituídos pela GM a partir de 1º de junho



Segundo o coordenador da Guarda, quatro viaturas estão em atividade pela cidade e novas dez devem chegar em breve

A Prefeitura de Araraquara decidiu “dispensar” 60 vigilantes armados, e terceirizados, que atuam na segurança de prédios públicos.

A decisão, assim como uma série de medidas para reduzir o número de horas extras, faz parte do que o prefeito Marcelo Barbieri (PMDB) batizou de “choque de gestão”, cujo objetivo é conter gastos públicos.

O serviço, que hoje é realizado por seguranças contratados pela empresa Gocil, será executado pelos homens da Guarda Municipal, que, segundo a Prefeitura, têm legalmente esta função.

A troca já passa a valer a partir do dia 1º de junho. A Secretaria de

Comunicação da Prefeitura não soube informar quanto o Município

vai economizar com o corte na área de segurança terceirizada.

Quanto às horas extras dos servidores municipais em geral, o secretário de Administração, Delorges Mano, estima reduzir para menos da metade os gastos mensais em torno de R\$ 1 milhão.

Só a Educação

A intenção inicial da administração era encerrar 100% dos contratos com vigilantes terceirizados. Mas a Tribuna apurou que o prefeito teria recuado apenas em relação aos funcionários que prestam serviço para a Educação, ou seja, que atuam nas escolas da rede municipal.

Já os outros prédios, incluindo a Prefeitura, vão passar a ser “protegidos” pelos homens da

Guarda Municipal, que não podem usar armas letais. O efetivo atua apenas com armas de choque e spray de pimenta.

Por meio de sua assessoria, a Prefeitura informou que a decisão foi tomada na semana passada e que estão em contato com a empresa para providenciar a transição. Foi informado, ainda, que o comando da GCM, que tem 86 homens, e a Secretaria de

Segurança Pública já trabalham para formar a escala de trabalho.

No ano de 2012, a Prefeitura repassou à Gocil a responsabilidade da vigilância nos prédios públicos com o objetivo de reforçar a segurança, já que a empresa dispõe de profissionais armados.

Preparada

Para o secretário de Segurança Pública, José Spera, a corporação está preparada e poderá retomar a vigilância sem apresentar prejuízos em outras frentes de atuação. “A Guarda não terá prejuízos em suas funções, faremos um remanejamento de outros locais. Onde havia dois guardas, ficará um”, afirmou.

Ainda segundo ele, locais como a Prefeitura e o Centralizado contarão com guardas fixos. Os demais serão cobertos por uma escala das viaturas da CGM. “Em alguns locais, vamos intensificar o patrulhamento com a viatura”, diz Spera.

Fonte: CBN Ribeirão

Justiça manda Itaú recolocar porta giratória e vigilantes em Campinas



Sindicato dos bancários de Campinas consegue, na justiça, que Itaú recoloca portas giratórias nas agências

A juíza Roberta Confetti Gastios Amstalden, da 4ª Vara do Trabalho de Campinas, concedeu nesta quinta-feira (29) antecipação de tutela em ação ingressada pelo Sindicato dos Bancários de Campinas, determinando que o Itaú reinstale porta de segurança com dispositivo detector de metais e reative o serviço de vigilantes na agência Botafogo (Avenida Barão de Itapura), em Campinas, transformada recentemente em Agência de Negócios, no prazo de 20 dias.

Em sua sentença, a juíza estabelece multa de R\$ 50 mil por dia, a ser revertida ao Centro Corsini de Campinas, caso o Itaú descumpra a determinação no prazo estabelecido.

A decisão do Itaú em retirar porta de segurança da denominada agência de negócios desrespeita a lei municipal nº 7.605 (de 09/09/1993) e a suspensão do serviço de vigilante fere a lei federal nº 7.102/83, que trata da segurança em estabelecimentos financeiros e do serviço de vigilância.

A ação judicial do Sindicato busca a reinstalação de portas de segurança e serviços de vigilantes em todas as unidades transformadas em agências de negócios, incluindo a Fórum (localizada na esquina das avenidas Francisco Glicério e Campos Salles), em Campinas, e a situada em Itapira (agência Bernardino de Campos).

Para o vice-presidente do Sindicato, Mauri Sérgio, a decisão judicial representa um importante passo. “Uma vitória. Porém, vamos continuar na luta até o Itaú cumprir a legislação sobre segurança, protegendo assim a vida de clientes, usuários e funcionários”.

Em todo o país, já foram implantadas 200 agências de negócios e mais 150 estão em fase de planejamento.

Fonte: Seeb Campinas

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV
Presidente da CNTV: José Boaventura Santos
Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz
Apoio: Jacqueline Barbosa
Projeto gráfico e Diagramação: Anibal Bispo



site: www.cntv.org.br
email: cntv@terra.com.br
Fone: (61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior, Térreo, lojas 09-11
CEP: 73300-000 Brasília-DF